



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

21 e 22 de maio de 2016

Notícias do Dia Economia

"Comenda máxima da indústria"

Comenda máxima da indústria / Colombo Machado Salles / Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina / Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense / Fiesc / Federação das Indústrias de Santa Catarina / Cecília Ana Rubini Menegotti / Malhas Menegotti / Cesar Gomes Júnior / Portobello / Ninfo Valtero König / Atrio Hotéis / Mérito Sindical / Universidade Federal do Paraná / Laguna / Joinville / CNI / Confederação Nacional da Indústria / Glauco José Côrte / Brasil / Raimundo Colombo / Paulo Tigre / Michel Temer / UFSC / Luis Carlos Cancellier de Olivo

Comenda máxima da indústria

Homenagens. Fiesc entrega Ordem do Mérito Industrial a quatro personalidades do Estado

ALESSANDRA OLIVEIRA

alessandra.oliveira@noticiasdodia.com.br

@alessandra_nd

O ex-governador Colombo Machado Salles, 90 anos, foi um dos quatro homenageados com a Ordem do Mérito Industrial no encerramento da 5ª edição da Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense, nessa sexta-feira, na Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina). Cecília Ana Rubini Menegotti (Malhas Menegotti), Cesar Gomes Júnior (Portobello) e Ninfo Valtero König (Atrio Hotéis) também receberam a Ordem, a comenda máxima da indústria do Estado criada em 2000 que reconhece personalidades ou organizações que tenham contribuído para o desenvolvimento da indústria.

A Fiesc também entregou o Mérito Sindical a 17 sindicatos de indústria que cooperam para o fortalecimento da representatividade empresarial catarinense e que permanecem filiados à Federação por um longo período (25, 30, 40 ou 50 anos). Durante a Jornada, que serviu para discutir questões sobre a qualidade de vida, educação e empreendedorismo, foram debatidas melhorias para a segurança e saúde do trabalhador.

Colombo Salles fez a vez de orador ao proferir o discurso em nome dos homenageados. No dia em que completou 90 anos, o engenheiro civil nascido em Laguna e formado pela Universidade Federal do Paraná lembrou que seu pai morreu de emoção ao saber que os filhos tinham sido aprovados na universidade. "Assim como na vida, os fatos sucedem-se surpreendentemente. Os anseios dos coletivos globais superam em todas as atitudes a intenção humana", disse.

Desde 2003, nenhuma mulher era homenageada com a Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina. A empresária Cecília Ana Rubini Menegotti quebrou o jejum de 13 anos.

Ninfo Valtero König, da rede Atrio Hotéis, com sede em Joinville e que tem 24 unidades em operação e mais 12 em construção, agradeceu a oportunidade de fazer parte do seleto grupo dos homenageados pela Fiesc.

Cesar Gomes Júnior, da Portobello, ressaltou que seu avô, Celso Ramos, foi o fundador da Fiesc e também recebeu a homenagem, assim como seu pai, que foi homenageado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).



Estou muito emocionada com a homenagem. Sinto-me honrada".

Cecília Menegotti,
Malhas Menegotti



Fico até sem palavras de tão feliz que estou neste momento".

Ninfo Valtero König,
Atrio Hotéis



Recebo tudo isso em nome dos meus companheiros. Estou feliz, honrado, muito satisfeito e motivado".

Cesar Gomes Júnior,
Portobello



Gerações. Governador entre 1971 e 1975, Colombo Salles cumprimenta o atual governador, Raimundo Colombo

Segurança no trabalho e qualidade de vida

O presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, fez um balanço breve da Jornada, por onde passaram mais de 4.000 pessoas. Ele lembrou que questões como segurança no trabalho e qualidade de vida foram abordadas e discutidas de forma a melhorar a saúde do trabalhador. "Lançamos durante a Jornada a aliança pioneira no Brasil 'Saúde e Competitividade', com o objetivo de reunir parceiros dos setores públicos e privados para ajudarem na construção de ambientes de trabalho mais seguros e favoráveis para o desenvolvimento humano", disse.

Já governador Raimundo Colombo (PSD) falou sobre as pessoas que se destacam na sociedade ao se referir aos quatro homenageados. "A política do Brasil não mudou, o que mudaram foram as pessoas, o que já é um grande passo. Mas nós temos de mudar o sistema", afirmou. Colombo voltou a defender as reformas na Previdência Social. Para ele, é preciso convocar o Congresso Nacional extraordinariamente em julho,

apresentar a pauta neste período e votar. "Se deixar para agosto, percebendo o impacto das medidas impopulares, não votam mais", alertou sobre as eleições municipais em outubro.

O vice-presidente da CNI, Paulo Tigre, defendeu a retomada do crescimento e a mudança no quadro atual do país, que ele chamou de mais profunda recessão das últimas décadas. "Precisamos fazer essa mudança com urgência urgentíssima", disse. Ele afirmou ainda que o documento "Agenda para o Brasil sair da crise 2016/2018" foi entregue ao presidente interino Michel Temer. A agenda tem 36 medidas capazes de resgatar a confiança dos brasileiros e dos agentes econômicos e retomada do crescimento.

O presidente da Fiesc e o reitor da UFSC, Luis Carlos Cancellier, assinaram um termo de cooperação para promoção do ensino, pesquisa, intercâmbio de profissionais e incentivo ao empreendedorismo. "Contem conosco. Tudo o que for preciso fazer, nós faremos", garantiu o reitor.



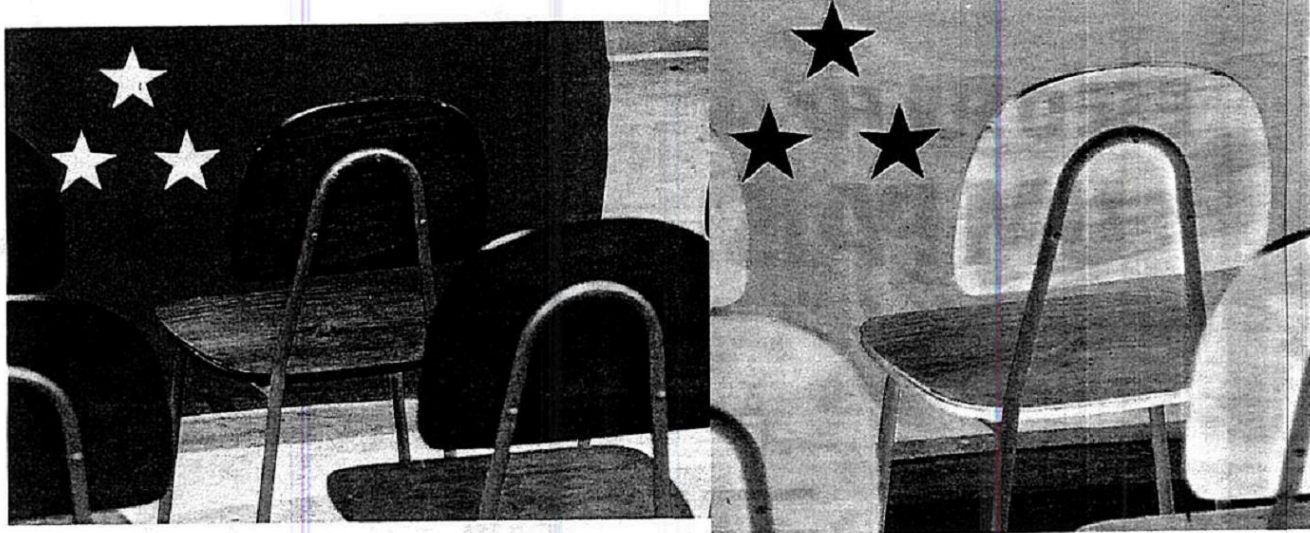
Não teria sido natural ao ser que pela primeira vez pôs a luz a alumiar, a energia a aquecer, a máquina a transportar, sem o surgimento da Revolução Industrial no século 19".

Colombo Machado Salles,
ex-governador

Diário Catarinense - Nós

Ordem dos Advogados do Brasil / Luiz Fernando Ozawa / Balneário Camboriú / Itajaí / Luiz Carlos Pissetti / Brasil / UFSC / Clarissa Franzoi Dri / Bolívia / Constituição / Udesc / Luiz Felipe Falcão / Rio de Janeiro / Santa Catarina / Rio Grande do Sul / Paraná / PIB / Unidades de Saúde / Fundeb / Defesa Civil / Vigilância Sanitária / Samu / Previdência Social / União / Roraima / Saúde / Educação / Infraestrutura / Segurança / Departamento de Economia e Relações Internacionais / Armando Melo Lisboa / Separatismo / Federação / O Sul é o Meu País / Brasília / Tribunal Superior Eleitoral / Samuel Mattos / Movimento / Laguna / Separação / Eleitores / Plebiscito / Confederação / Consulta Popular / Celso Deucher / Independência / Irton Marx / Secessão / Crise / Emancipação / Grupo de Estudos Sul Livre / Adílzio Cadorin





ORDEM MERIDIONAL

CRIADO NA DÉCADA de 1990 em Laguna e acusado de racista e utópico, movimento O Sul é o Meu País volta a arrebatrar simpatizantes com o discurso que questiona o modelo federativo e a distribuição de impostos no Brasil. Embora a ideia de desligar os três Estados da região seja inconstitucional, a organização quer coletar 1 milhão de votos em plebiscito informal em 2 de outubro, data das eleições municipais

CRISTIAN WEISS
cristian.weiss@diariocatarinense.com.br

Elton Maas é um típico capricorniano: disciplinado, prático e determinado. O descendente de alemães nasceu em Pomerode, onde instalou sua microempresa especializada em conserto de máquinas de estampa. Até os 37 anos, nunca se envolveu em política, não tinha ideologias definidas, andava desiludido com os rumos do Brasil. Agora, falar sobre um país almejado, onde a corrupção inexistia, o incentivo à educação e ao empreendedorismo seja regra e a carga tributária, mais justa, faz o homem aparentemente durão embargar a voz e marejar os olhos azuis:

– Cara, até me emociono quando falo nisso. A gente está tão cansado de trabalhar, trabalhar, pagar um monte de impostos sem ver retorno. Agora a gente vê uma esperança.

Há cerca de dois anos, Elton se engajou. Quando foi apresentado ao grupo O Sul é o Meu País em Pomerode, decidiu acompanhar as palestras e, convencido das propostas, converteu-se ao movimento nascido em 1992 em Laguna, cujo objetivo é separar os três estados meridionais do Brasil e torná-los uma nação independente. Hoje, Elton divide o tempo entre a correria da empresa e a atenção com a família para coordenar encontros e ações no Médio Vale do Itajaí.

– O movimento existe há muito tempo e sempre tive uma certa simpatia. Mas nunca me motivei em ir atrás. Até que teve todo esse problema no país e acabou por despertar em muitas pessoas o sentimento de “vamos mudar”, “vamos fazer alguma coisa diferente” – afirma.

A empolgação tem um motivo: disseminar as propostas e angariar voluntários. Em 2 de outubro, o movimento organizará uma espécie de plebiscito não

oficial em todas as cidades do Sul. O objetivo é ouvir pelo menos 1 milhão de eleitores que forem às urnas para as eleições municipais para saber se concordam com a ideia de formar uma nova pátria.

Na noite de 12 de abril, três dias depois de o movimento completar 24 anos, Elton e os “compatriotas” – um dos jargões usados pelos integrantes – Jean Zimmermann e Marcio Meyer corriam contra o tempo para organizar o salão de jogos do clube de caça e tiro 25 de Julho, um dos mais antigos de Blumenau. Dos carros tiravam bandeiras, panfletos e adesivos. Na entrada do salão, estendiam faixas em alusão ao separatismo. Jean também entrou para o grupo por acaso. Embora nunca tenha se envolvido na política, o desejo de fazer algo para mudar o levou a preencher a ficha de filiação no PDT, até que, estimulado por Elton, decidiu acompanhar as palestras.

– No primeiro momento vêm sempre as dúvidas: Será que é legal? É possível fazer uma separação pacífica? Será que não é ser intolerante? A partir do momento em que comeci a estudar o movimento O Sul é o Meu País eu me encantei pela causa. Porque é justamente o contrário das primeiras impressões que a gente tem. Não é racista, nazista, que prega fascismo. Tem como objetivo o bem das pessoas que vivem na nossa comunidade – argumenta.

Naquela noite, 60 pessoas se reuniram para ouvir Celso Deucher, um dos fundadores da corrente, sobre as propostas e a consulta popular de outubro. Muitos estavam ali pela primeira vez. A alguns, bastou o primeiro contato para se tornarem seguidores fervorosos, como o aposentado João Carlos de Castro. Embora tenha nascido no Rio de Janeiro há 60 anos, Estado que ficaria no estrangeiro caso o Sul se tornasse um novo país, ele ostenta orgulhoso a bandeira azul feita à mão com cetim e bordados. Nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 13 de março,

João foi abordado por integrantes do O Sul é o Meu País, que lhe entregaram um panfleto. No dia seguinte, convencido das ideias, mandou fabricar o estandarte.

– Aqui realmente é um novo país. Conheço o Brasil todo e há 25 anos moro em Blumenau. Dá para sentir que aqui é diferente do que já conheci. Seria o melhor país da América do Sul, nós temos quatro portos, temos bastante recursos, temos energia e com o capital que nós geráramos daria para viver muito bem. Uma Suíça do tamanho da França – devaneia.

Na zona rural de Jaraguá do Sul, uma residência lembra um posto de fronteira. A bandeira azul com três estrelas flamula no quintal de Nelson Bast, de 48 anos. Religioso e defensor da família, há dois anos, participou de uma palestra na associação empresarial da cidade e estudou a carta de princípios do movimento. O que mais lhe tocou foi o argumento de que os tributos poderiam ser aplicados de forma mais justa no novo país.

– É por essas e outras coisas que eu entrei: para fazer esse papel de conscientização, para o pessoal acordar que existem outras formas de aplicar melhor o dinheiro público.

E assim, profissionais liberais, microempresários e funcionários públicos pelo interior do Estado ensaiam um grito reprimido pela independência sulista.

Em quase duas décadas e meia de existência, O Sul é o Meu País praticamente caiu em descredito popular. Como um delírio pós-Collor, houve uma revoada de movimentos similares que buscavam a criação de novos Estados ou a separação do país no Brasil todo. Segundo o principal fundador do movimento, o ex-prefeito de Laguna pelo PDT, Adílio Cadorin, um encontro no início dos anos 1990 no Rio Grande do Sul reuniu oito movimentos separatistas dos três Estados sulistas para se alinharem a



uma causa comum. O nome usado por ativistas para-
naenses foi adotado oficialmente para o movimento.
O primeiro líder foi Irton Marx, defensor da Repú-
blica do Pampa. Com ideias extravagantes e insinuações
ao racismo, Irton serviu de isca para reportagens na-
cionais ridicularizarem as ideias separatistas.

– Foi um erro muito grande. Porque depois fomos
descobrir que ele não tinha condições de liderar um
movimento democrático. A forma que ele defendia
a ideia era ridícula, não era nem parecida com o que
pensávamos. E ele foi usado e acabou afetando o mo-
vimento de forma letal – explica Cadorin.

Em 1992, em um congresso em Laguna, Marx se-
ria destituído da liderança do grupo e substituído por
Cadorin. Outra bandeira seria levantada com mais for-
ça, a da busca por transformar o atual modelo de fe-
deração de Estados, que centraliza o poder e os recur-
sos em Brasília, em confederação, em que os Estados
teriam total autonomia administrativa e tributária e
legislativa. Era um passo inicial para se buscar a seces-
são plena no futuro. O uso do termo “separatista” tam-
bém passaria a ser evitado, pelo negativismo.

Em 1993, quatro integrantes de O Sul é o Meu País
chegaram a ser detidos em Curitiba por “crime contra
a segurança nacional”, devido à pressão do então mi-
nistro da Justiça Maurício Correa contra movimentos
similares. O próprio Cadorin teve o escritório cercado
de policiais que aguardavam a Justiça aceitar um pedi-
do de liminar para levá-lo a depor e apreender docu-
mentos, mas o pedido fora rejeitado pelo juiz.

– A polícia cercou o prédio e não entrava. Aí fui à
rua, os convidei. Eles entraram e franqueamos todos
os arquivos. Quando estavam indo embora, veio a no-
tícia que o juiz tinha negado a liminar. No fim, saíram
de lá mais separatistas do que entraram – diz Cadorin.

Uma proeza ocorreria em 1994: a Assembleia Legis-
lativa de Santa Catarina (Alesc), que tinha deputados
simpáticos à causa, aprovou projeto de resolução au-
torizando a realização de um plebiscito oficial no Es-
tado, para saber se a população seria favorável ao sis-
tema confederativo. Mas o Tribunal Regional Eleitoral
alegava que a Alesc deveria custear o processo. Com o
impasse, o plebiscito nunca foi realizado.

Ao assumir a prefeitura de Laguna, em 2001, Cadorin
começou a passar a coordenação para outros grupos.
Como a ideia de lutar pela confederação perdeu espaço
para a separatista novamente, o então prefeito, que não
se reelegeria em 2004, tem se mantido afastado.

Sem angariar apoio parlamentar federal nem re-
presentatividade política significativa nos anos
seguintes – pelo menos oficialmente –, gerar des-
confiança da sociedade pela legalidade, ser acusado de

““

**UM MOVIMENTO COMO
ESSE SEMPRE APARECE
EM SITUAÇÕES DE CRISE
ECONÔMICA E POLÍTICA.
MAS É PRECISO SER
PONDERADO AO ANALISAR
OS ARGUMENTOS**

LUIZ FELIPE FALCÃO

Doutor pela USP e professor da Udesc

racismo por adversários e sem conseguir avanços pa-
ra a causa, é neste período de crise política do país que
O Sul é o Meu País toma novos ares e arrebatou seguidores.
Mas o que faz tanta gente apostar no movimento?

Celso Deucher, descendente de suíços e alemães
nascido em Bom Retiro, na Serra catarinense, jornalista,
historiador em Brusque, fundador e ex-presidente do
movimento, arranja explicações:

– O movimento chegou a um ponto que tem que to-
mar uma posição. Até então, havia apenas a discussão
da proposta. Agora, com o plebiscito, vamos saber qual
é o sentimento das pessoas: nós vamos ser separatistas
ou não? Para nós, não é um problema fazer parte do
Brasil. Agora, fazer parte do Estado brasileiro da for-
ma como ele está organizado é o que nos cria proble-
mas, entre eles a diminuição da nossa cidadania.

Doutor pela Universidade de São Paulo e professor
de História da Udesc, Luiz Felipe Falcão é autor da
tese que virou o livro *Entre ontem e amanhã: diferença
cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Cati-
rina no século XX*. Para ele, as condições de crise é que
favorecem o reaparecimento dos grupos separatistas.

– Um movimento como esse sempre aparece em
situações de crise econômica, política e sociocultural,
em que a ideia de pertencimento a alguma coisa que a
gente sabe que é absolutamente etérea, como a na-
cionalidade, tem muita força. Um autor certa vez es-
creveu que “nunca se matou tanta gente por uma ideia
como a ideia de nação”. Então, é preciso ser sempre
muito ponderado ao analisar cada argumento.

O Sul é o Meu País é uma associação privada sem
fins lucrativos, com CNPJ constituído em Santa
Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, e tem ob-
jetivo de viabilizar a emancipação política e adminis-
trativa dos três Estados de forma pacífica e democrá-
tica. Tem representação em 893 municípios e cerca
de 30 mil filiados, que contribuem livremente para
custear os materiais distribuídos nos encontros. Deu-
cher se dedica agora à sua livraria em Brusque e ao
chamado Grupo de Estudos Sul Livre, encarregado
de elaborar pesquisas sobre a viabilidade da autono-
mia do território e propostas para o novo país.

Desde 2014, quando uma pesquisa feita após a
eleição presidencial nos três Estados sulistas apon-
tou que 73% de 19.652 ouvidos concordavam com a
causa, as ações voltaram a tomar corpo. Mas o artigo
1º da Constituição Federal é claro: a República é “for-
mada pela união indissolúvel dos Estados e municí-
pios e do Distrito Federal”. É cláusula pétria, nem
uma emenda poderia modificar o artigo.

– Qualquer emenda, basta que tente abolir o prin-
cípio federativo, é inconstitucional. Não há nem es-
paço, nenhum caminho, que permita uma aberração
jurídica dessa natureza – atesta o jurista Samuel da
Silva Mattos, presidente da Comissão de Direito
Constitucional da Subseção de Santa Catarina da Or-
dem dos Advogados do Brasil (OAB/SC).

Diante da reconhecida incapacidade de se separar
por vias legais da República Federativa do Brasil,
os integrantes se apegam a outro dispositivo consti-
tucional. Segundo o artigo 4º, entre os princípios aos
quais as relações internacionais do país estão submetidas
está o de “autodeterminação dos povos”. O argu-
mento é o mesmo usado por movimentos separatistas
contemporâneos, como os do País Basco e da Catalun-
ha, na Espanha, e o de Québec, no Canadá, lembra a
professora do Departamento de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de Santa Ca-
tarina (UFSC), Clarissa Franzoi Dri.

No dia 27 de abril, cerca de 170 pessoas lotaram
o auditório inferior da Câmara de Vereadores
de Itajaí para assistir à mesma palestra mi-
nistrada por Deucher duas semanas antes em Blu-
menau. Dessa vez, grupos contrários estavam pre-
sentes para confrontar os argumentos separatistas.
O professor de geografia João Batista de Oliveira
Neto, 18 anos, foi veemente.

– Eles se contradizem. Pensarmos que nós de-
vemos nos separar por uma questão econômica e
cultural é xenofobia, falta de humanidade, porque
achamos que temos mais e que continuaríamos ga-
nhando mais com uma redistribuição de impostos.

“

NÃO SOMOS RADICAIS. O PLEBISCITO É IMPORTANTE PORQUE QUEREMOS SABER SE A POPULAÇÃO SULISTA APOIA A SECESSÃO. O QUE SABEMOS É QUE DA FORMA COMO ESTÁ NÃO QUEREMOS MAIS FAZER PARTE DESTA PSEUDOFEDERAÇÃO BRASILEIRA.

CELSO DEUCHER

Um dos fundadores do movimento O Sul é o Meu País



Mesmo nascido no Rio de Janeiro, o engenheiro aposentado João Carlos de Castro conheceu o grupo neste ano e até mandou fabricar a inseparável bandeira

É uma coisa absurdamente preconceituosa o que eles estão fazendo aqui – diz João Batista.

A organização da reunião provocou a reação de integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, como o conselheiro da Subseção Estadual do órgão, Luiz Fernando Ozawa, de Balneário Camboriú, que acusa o presidente da Câmara de Itajaí, Luiz Carlos Pissetti (PSB), de irresponsabilidade. Pissetti, por sua vez, liberou o encontro com amparo no “direito de livre expressão”.

– Realmente não tem como admitir constitucionalmente esse movimento. Eles podem fazer todo tipo de malabarismo retórico, dizendo que é autodeterminação dos povos ou que defendem a revisão do pacto federativo, mas o objetivo é atentar contra a República do Brasil – acusa Ozawa.

A professora de Relações Internacionais da UFSC Clarissa Dri esclarece que a questão da autodeterminação dos povos pode ser mencionada nos tratados internacionais como autonomia ou como independência. Ela reforça a diferença entre povo – conjunto populacional que ao lado de governo e território constituem o Estado – e nação, mais relacionado a um grupo que compartilha tradições, língua e práticas sociais similares. Clarissa cita o exemplo da Bolívia, que recentemente aprovou uma nova Constituição reconhecendo a autonomia dos povos indígenas e renomeando oficialmente o país como Estado Plurinacional da Bolívia.

– Quando os tratados internacionais fazem menção à autonomia e à autodeterminação dos povos, o espírito é se referir a povos originários que habitavam aquele território. No caso da Bolívia, havia várias nações indígenas. O conceito de nação não é o mesmo que o de Estado. Nação é um agrupamento que compartilha uma língua, uma cultura. Mas essas pessoas não estão propondo resgatar a cultura e a língua dos habitantes originários daqui. Elas estão fazendo uma proposta que é muito mais política. Em minha opinião, não faz sentido utilizar isso como base – opina.

O professor de História da Udesc Luiz Felipe Falcão é carioca, criado na zona sul do Rio de Janeiro, e vive em Santa Catarina desde a década de 1980. Ao analisar o comportamento dos separatistas da década de 1990, ele afirma que no Sul existe um sentimento velado de “ser nobre”, que aparece no dia a dia e ecoa em momentos de crise para justificar a vontade de romper com o Brasil.

– Há uma coisa muito disseminada no Sul que é a ideia de distinção, tanto em relação ao resto do país quanto entre si. Entendo distinção não só como diferença, mas ter certos aspectos enobrecedores que o outro não tem.

Para sustentar a tese de desequilíbrio nos repasses, o movimento confronta os dados de arrecadação de impostos de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – quarto, quinto e sexto maiores PIBs do país –, que no ano passado foi de R\$ 167,7 bilhões, com o montante que retorna aos mesmos Estados por meio de transferência e repasses para os governos estaduais e municipais. De fato, segundo o Portal da Transparência do governo federal, se considerados os R\$ 38,5 bilhões que retornaram para o Sul em 2015 – entram nessa conta o custeio de estruturas como unidades de saúde, Fundeb, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Samu, programas sociais etc –, a relação é de R\$ 1,2 mil investidos para cada habitante em Santa Catarina e R\$ 1,3 mil no Rio Grande do Sul e no Paraná. Ao avaliar os Estados menos populosos do país, Roraima e Acre, cujos PIBs também são os menores, a relação sobe para R\$ 5,6 mil e R\$ 4,7 mil, respectivamente – de quatro a cinco vezes mais do que no Sul.

Mas Falcão alerta que a relação não é tão simples. Existe o investimento indireto nos Estados, em forma de custeio da folha de servidores federais e Previdência Social, o que pode alterar a relação de retorno por habitante. Mas, hoje, cerca de 65% dos valores em tributos vão para a União, 25% ficam com os Estados e somente 10% com os municípios. Só a UFSC, por exemplo, recebeu R\$ 26 milhões em repasses no ano passado, segundo o Portal da Transparência. O dinheiro de salários de servidores federais, pensões, aposentadorias – que não entram na conta do repasse direto – também contribui para a conta.

– Essa ideia de arrecadação e tributo é uma falácia, porque não se leva em conta que fica no Sul o segundo maior contingente militar do país. Isso significa dinheiro federal, salário, obras no quartel, por exemplo. A quantidade de pensionistas e aposentados que existe nos três Estados do Sul é infinitamente superior ao que se encontra no Nordeste. Uma conta séria não pode levar em consideração apenas esse fluxo de caixa – critica Falcão.

A proposta do movimento O Sul é o Meu País é tornar a nova nação uma confederação municipalista, em que a maior fatia do poder e dos tributos ficaria com os municípios e aproximaria da população o poder de decisão sobre a aplicação de recursos e criação de leis conforme os usos e costumes locais. Para isso, a inspiração é o modelo da Confederação Suíça, dividida por 26 cantões com autonomia tributária e administrativa e parlamento próprios. Formados por

comunas (cidades), os cantões atuam nas áreas que mais impactam na vida do cidadão, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. O governo federal é incumbido da segurança nacional, das relações diplomáticas e da política econômica.

Para o professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC, Armando Melo Lisboa, que nos anos 1990 chegou a estudar o movimento, os argumentos econômicos e até políticos são válidos, mas o consenso de brasilidade é muito mais forte do que o sentimento separatista no Sul.

– A linha econômica que o movimento está explorando é boa e correta, mas a ideia do separatismo é complicada, as dificuldades são quase intransponíveis. O Brasil, em tese, é uma federação, mas uma federação entre aspas, porque a coisa está muito centralizada em Brasília. Há muitas distorções, inclusive em nível de representação política. Sem dúvida é necessário rever o pacto federativo.

O movimento O Sul é o Meu País reconhece que a consulta popular que fará em 2 de outubro não é oficial, mas servirá para entender o sentimento dos habitantes dos três Estados. Para ter validade legal, o plebiscito – uma das formas previstas na Constituição para o povo exercer o poder – teria de ser autorizado pelo Congresso Nacional e organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Mas o jurista Samuel Mattos adverte ainda que, como a finalidade da separação é uma matéria inconstitucional, o plebiscito oficial não poderia ser autorizado.

No entanto, se o desejo é alterar o sistema federativo ou até mesmo a assunção de um sistema confederativo, em que os Estados são soberanos, somente uma nova assembleia constituinte, como a que promulgou a Constituição de 1988, poderia alterar a cláusula pétreia da indissolução dos Estados e a mudança do sistema. Questionado por que o movimento não luta pela revisão do pacto federativo ou pela instituição de uma Confederação, Celso Deucher é categórico:

– Nós já fizemos isso durante toda a década de 1990 e continuamos a fazer hoje. Não somos radicais. Entendemos que tudo é um processo. No momento certo, podemos sentar à mesa para discutir um estatuto especial para os Estados ou mesmo para a Região Sul. Porém, neste momento não sabemos nem mesmo se a população sulista apoia de fato a secessão. Por isso, o plebiscito é importante. O que sabemos é que da forma como está não queremos mais fazer parte desta pseudofederação brasileira.

Notícias do Dia - Esporte

"Gol de placa para a educação"

Gol de placa para a educação / Leonardo Sulzbach / Avaí / Instituto Estadual de Educação / Florianópolis / Figueirense / Estatuto da Criança e do Adolescente / Lei Pelé / Assembleia Legislativa de Santa Catarina / Leonel Pavan / Estrela / RS / IEE / Ildefonso Linhares / Curso de Engenharia Mecânica / UFSC / Angelita de Oliveira / Orlando Scarpelli / Mateus Barbosa / Juvenil / Colégio Aderbal Ramos da Silva / Josiane Resende / Rodrigo Nagel / Fernanda Schweitzer

28 ESPORTE - NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 21 E 22 DE MAIO DE 2016

Base. Lei obriga clubes a cuidarem da formação escolar de jovens atletas

Gol de placa para a educação

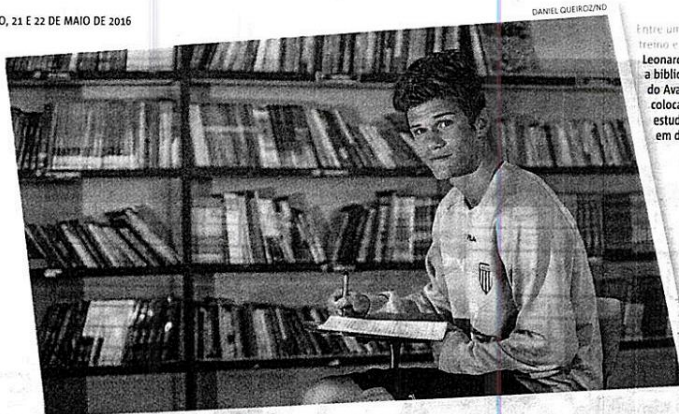
MATHEUS JOFFRE
matheus@noticiasdodia.com.br
@mjoffre_ND

À noite, depois de um dia puxado de treino, algumas vezes de manhã e pela tarde, Leonardo Sulzbach, 16, goleiro do time juvenil do Avaí, ainda encontra forças para encarar as aulas do segundo ano do Ensino Médio, no Instituto Estadual de Educação. Assim como ele, outros 70 atletas da base do Leão estão matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio de escolas da rede pública catarinense ou em colégios particulares de Florianópolis. No Figueirense, são 83 jogadores matriculados.

Prevista no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e também contemplada pela Lei Pelé, o direito à educação ganhou um novo respaldo no Estado. Aprovado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina nesta quinta-feira, o projeto de lei do deputado Leonel Pavan (PSDB) prevê uma maior responsabilidade dos clubes quanto à formação escolar de atletas menores de 18 anos. "Sabemos que nem todos os jovens que passam em uma peneira tornam-se jogadores profissionais, e podem, mais tarde, encontrar-se em uma situação de risco social. Por isso, queremos garantir que os clubes se responsabilizem pela formação escolar de seus atletas", explicou Pavan.

A rotina de jogos e viagens dos atletas da base é cansativa e, às vezes, interfere diretamente nos estudos. "É puxado. A gente treina de manhã, às vezes também de tarde, e tem que tomar banho, se arrumar e ir pra aula à noite. E ainda arrumar tempo para estudar", contou Leonardo na biblioteca da Ressacada. "Sempre procurei intercalar os estudos com os treinos para, no caso de não dar certo no futebol, ter uma segunda opção", ressaltou o goleiro, nascido em Estrela-RS, que pretende cursar Educação Física.

Como grande parte dos jogadores é de outros Estados e cidades, cabe aos clubes, por intermédio de suas assistentes sociais e psicólogas, intervir junto ao colégio para justificar faltas ou solicitar avaliações extras, como provas de segunda chamada. "Geralmente os colégios são bem compreensíveis. Temos parcerias com o IEE e o Ildefonso Linhares. Como as famílias muitas vezes estão longe, acabamos fazendo esse papel e mantemos um contato diário com os colégios. O nosso maior exemplo é um jogador do juniores que passou para Engenharia Mecânica na UFSC, em 2014", contou a assistente social do Avaí Angelita de Oliveira Costa, 38.



Entre um treino e outro Leonardo usa a biblioteca do Avaí para colocar os estudos em dia

Assistentes sociais fazem o papel de familiares

No Orlando Scarpelli, o zagueiro Mateus Barbosa, 17, do time juvenil do Figueirense, pesquisa sobre leptospirose para um trabalho de biologia. Concentrado em frente ao computador, o aluno do segundo ano do ensino médio do Aderbal Ramos da Silva recebe a ajuda da assistente social do clube, Josiane Resende, 34.

"Minha mãe quer que eu faça faculdade depois. Sei que vida de jogador é difícil, que a carreira é curta, por isso não podemos parar de estudar. Pretendo pelo menos me formar no terceiro porque se já está difícil ganhar a vida com estudo, imagina sem", ponderou o jovem defensor.

Mas nem todos pensam como Mateus. Às vezes, a assistente social precisa resolver problemas como notas baixas ou mau comportamento. "No geral, eles levam os estudos a sério, mas é claro que tem que ficar em cima. Quando temos algum problema maior, entramos em contato com a família. Mas é um trabalho de acompanhamento diário", ressaltou Josiane. No Avaí, já teve jogador dispensado por não querer ir para a escola. "Eu já tive problemas com um jogador que se recusava a estudar. Contatamos a família dele e disseram que no contrato dele não tinha nada falando sobre estudos, que isso não é prioridade. Dias depois, o jogador foi dispensado", contou Angelita.

Para os casos de atletas que chegam com defasagem escolar, os dois clubes da Capital disponibilizam cursos supletivos.



No AtVinegro, Mateus finaliza um trabalho de biologia sobre leptospirose

Inteligência em campo

Sócrates (1954-2011), ex-Corinthians, formado em medicina, foi um dos maiores exemplos de jogadores que tiveram sucesso na vida profissional também fora das quatro linhas. Características que os clubes buscam.

"Trabalhamos não só as partes física, técnica e emocional do atleta, mas também a parte educacional, que é fundamental para termos um atleta mais completo, inteligente, capaz de fazer a gestão da própria carreira. E tudo isso também interfere na questão cognitiva dentro de campo", ressaltou o gerente da base do Figueirense, Rodrigo Nagel, 41.

A psicóloga do Avaí, Fernanda Schweitzer, 24, atende tanto atletas profissionais quanto da base. "Trabalhamos bastante a parte cognitiva dos atletas. As mesmas técnicas para o alto rendimento são usadas para a escola. O mesmo trabalho que fazemos para os atletas terem mais foco e atenção nos jogos também pode ser usado para terem mais concentração nas aulas", explicou.

O PROJETO DE LEI O que diz o documento

Artigo 2º

"Os clubes de futebol oficiais do Estado de Santa Catarina devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar."

Artigo 21

"Os clubes de futebol que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos, torneios, campeonatos e competições oficiais no Estado."

Artigo 3º

"Os clubes de futebol terão a responsabilidade de encaminhar à Federação Catarinense de Futebol, anualmente, os comprovantes de matrícula, e semestralmente, os atestados de frequência escolar dos jogadores menores de 18 anos."

Artigo 4º

"O Poder Executivo regulamentará a estrutura de acompanhamento e imposição das penalidades no prazo de 240 dias da sanção desta Lei."

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 21/05/2016

[Saúde Pública | Revista Pesquisa Fapesp](#)

Notícias dia 22/05/2016

[Tecnociência | Revista Pesquisa Fapesp](#)